



unifaema

DAIANE GONÇALVES ALMEIDA

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE AUTISTA EM SALA DE
AULA**

**ARIQUEMES - RO
2022**

DAIANE GONÇALVES ALMEIDA

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE AUTISTA EM SALA DE
AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II
apresentado ao curso de Licenciatura em
Pedagogia do Centro Universitario FAEMA-
UNIFAEMA como requisito parcial à obtenção
de Grau de pedagogo(a).

Orientador: Prof. Ms. Roger dos Santos Lima.

**ARIQUEMES - RO
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

DAIANE GONÇALVES ALMEIDA

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE AUTISTA EM SALA DE
AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II
apresentado ao curso de Licenciatura em
Pedagogia do Centro Universitario FAEMA-
UNIFAEMA como requisito parcial à obtenção
de Grau de pedagogo(a).

Orientador: Prof. Ms. Roger dos Santos Lima.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Roger dos Santos Lima
Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA

Prof. Ms Katiúscia Caralho
Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA

Prof. Esp. Catarina Seibt
Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA

**ARIQUEMES – RO
2022**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, fonte inesgotável de amor, a meu esposo, meu companheiro de todas as horas, meu grande incentivador e meus filhos, razão de meus melhores sonhos aos meus tios e todos que assim como eu acreditam, que o conhecimento muda o mundo.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, por ter me fortalecido e iluminado, me amparando em todas as vezes que eu sequer imaginava a batalha que ele estava travando por mim, sem ele eu não concluiria esta importante etapa da minha vida,

Aos meus pais, tios, amigos e companheiros de sempre, que além de meu porto seguro, foram os precursores em incentivar a construção em minha vida, ensinando-me princípios e valores que me norteiam até hoje.

Ao meu esposo, meu grande incentivador, e que me lembra todos os dias do potencial que tenho,

Aos meus filhos razão mais pura dos meus maiores ideais.

Aos meus tios e tias pelo carinho e atenção que sempre tiveram comigo.

Aos colegas de profissão, pela versatilidade em incentivar a vencer às diferentes situações que surge no percurso.

Ao meu Orientador pelo ensinamento e dedicação dispensados no auxílio à concretização deste trabalho, obrigado por ser além de um Orientador, um incentivador que compartilhou o seu conhecimento.

A todos os professores deste curso pela paciência, dedicação e ensinamentos compartilhados. Cada um, de forma especial contribuiu para a conclusão desta etapa e conseqüentemente para minha formação profissional.

E por fim, gostaria de agradecer a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado, Dulcileia Ramiro, Simone Braido, Maria Zenaide Gambarti, Nilvanir Rodrigues. Minha sincera gratidão.

“As crianças especiais, assim como as aves, são diferentes em seus vôos. Todas, no entanto, são iguais em seu direito de voar.”

Jesica Del Carmen Perez

RESUMO

O presente estudo é uma reflexão acerca do Transtorno do Espectro Autista, dada sua grande relevância e existência atualmente. O autismo aqui compreendido como um transtorno originado por questões genéticas e ambientais, é considerado um distúrbio do desenvolvimento que acomete em média uma em cada 59 crianças, caracterizando-se como um dos transtornos mais comuns no Brasil e no mundo contemporâneo. Com isso, este estudo surge com intuito de contribuir para a compreensão das crianças autistas, ao abordar que é possível se incluir o aluno autista no ambiente escolar e ainda assim contribuir para o seu desenvolvimento. Para subsidiar a pesquisa, a metodologia utilizada consistiu em uma revisão literária a ser realizada através de buscas de artigos, livros e periódicos em bases indexadas e pressupostos teóricos acerca do TEA (Transtorno do Espectro Autista). Para atingir o esperado, inicialmente foi dissertado sobre o Transtorno em si e suas especificidades, seguido de uma explanação sobre a inclusão dos indivíduos autistas na Educação Básica a partir do método de ensino e adaptação.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro autista. Autismo. Autista. Educação. Inclusão. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The present study is a reflection on the Autistic Spectrum Disorder, given its great relevance and existence today. Autism, understood here as a disorder caused by genetic and environmental issues, is considered a developmental disorder that affects on average one in every 59 children, characterizing itself as one of the most common disorders in Brazil and in the contemporary world. With this, this study appears with the intention of contributing to the understanding of autistic children, by addressing that it is possible to include the autistic student in the school environment and still contribute to their development. To subsidize the research, the methodology used consisted of a literary review to be carried out through searches of articles, books and periodicals in indexed bases and theoretical assumptions about ASD (Autistic Spectrum Disorder). To achieve what was expected, initially a lecture was given on the Disorder itself and its specificities, followed by an explanation on the inclusion of autistic individuals in Basic Education based on the teaching and adaptation method.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder. Autism. Autistic. Education. Inclusion. Development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.2.3 Hipóteses	12
2. REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO NA CONTEMPORANEIDADE	14
2.2 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUAS PECULIARIDADES	21
2.3 A INSERÇÃO DO AUTISTA EM SALA DE AULA	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	32
3.1.1 Da coleta de dados	32
3.1.2 Da análise dos dados	33
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um direito garantido aos estudantes de qualquer nível de ensino de forma que deve-se com igualdade de condições a fim de que tenham um ensino de qualidade. Embora pareça ser uma aspiração por demais simplista, refere-se a uma ressignificação cultural, tanto de práticas arraigadas no sistema educacional na sociedade contemporânea, quanto de políticas ultrapassadas, que travam o desenvolvimento integral da educação no Brasil.

A sociedade passa por um momento em que as diversidades, em seus amplos conceitos e contextos vem sendo inseridas no cotidiano de todos, como uma plenificação dos direitos individuais de cada cidadão e também como a revogação definitiva de comportamentos e ideologias segregacionistas que impedem a implantação e a eficácia da Educação Inclusiva e todos os seus vieses.

A inclusão no ambiente escolar deve ser abrangente, e a escola estar apta e preparada para receber o aluno que precisa de atendimento educacional especializado, e entre estes, está o aluno autista, uma condição muito peculiar que requer adaptações comportamentais e estruturais para melhores resultados.

Desta forma o presente estudo se justifica por entender que o Transtorno do Espectro Autista é um acometimento específico onde o indivíduo, em diferentes níveis de dificuldade, não consegue se comunicar ou se relacionar convencionalmente. Considerando a preponderância da inclusão na educação contemporânea, buscar-se-á tratar da necessidade e possibilidade da inclusão do aluno autista em sala de aula.

Ao se considerar a prevalência de alunos autistas na atualidade, entende-se a importância em se dar ênfase a metodologias que auxiliem a superação dos entraves em se incluir o referido aluno na sala de aula, de forma a vencer os problemas e evitar o agravamento do quadro do aluno.

Neste sentido, entende-se que a temática aqui adotada é de absoluta relevância dentro do enfoque educacional contemporâneo, considerando uma diferente abordagem pedagógica que respeite os seus limites sem prejudicar o aluno, e contribuindo para o seu desenvolvimento.

Para atender o objetivo de discutir a necessidade de se trabalhar a inclusão escolar e dar ao aluno uma maior possibilidade de desenvolvimento, será utilizada a revisão de literatura.

1.1 JUSTIFICATIVA

A proposta da Educação Inclusiva é que todas as crianças sejam com deficiência ou não, com qualquer que seja a origem socioeconômica ou cultural, fiquem em salas de aulas regulares, bem como que suas necessidades sejam elas especiais ou não sejam atendidas.

Assim, proporcionar a todos os alunos, deficientes ou não, o ensino necessário, dentro de ambientes integrados, com professores capacitados e com habilidades, paratal. Desta forma, incluir se constituir em colocar alunos portadores de deficiência em classes do ensino regular pronovendo as devidas condições de trabalho aos professores e assistencia aos alunos.

Entende-se que a inclusão do aluno autista não depende apenas, de leis, mas também da formação dos professores, pois sem formação ele próprio não tem segurança para a prática pedagogicas com qualidade. Não será fácil construir uma escola para todos verdadeiramente, acolhendo os alunos considerando os seus potenciais e suas capacidades. Outro fator óbvio que ficou entendido é a necessidade do respeito à diversidade e às limitações de cada um.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Estudar a necessidade de trabalhar a inclusão no âmbito escolar e proporcionar ao aluno uma maior possibilidade de desenvolvimento.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever a inclusão na contemporaneidade;
- Investigar o Transtorno do Espectro Autista e suas peculiaridades;
- Analisar a inserção do aluno autista em sala de aula de forma a contribuir para o seu desenvolvimento global.

1.2.3 Hipóteses

A inclusão é um processo global e inviável de ser feito em alguns ambientes isoladamente, devendo ser adotada em todas as esferas da sociedade.

Para que o suporte a um aluno autista seja eficaz e produza bons resultados há que se fazer um atendimento à família, com o objetivo de melhorar o desenvolvimento da aprendizagem.

E necessário haver um minucioso da escola e do professor para receber o aluno autista, de forma que sua estadia no ambiente escolar seja produtivo e não traumatizante.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO NA CONTEMPORANEIDADE

A educação inclusiva significa incluir os estudantes na escola tendo a perspectiva em ampliar a participação de todos os alunos na escola regular. Sendo assim busca-se reestruturar, as práticas e metodologias e a forma de agir e de pensar dentro da escola de forma a acolher e acomodar a diversidade. Trata-se de uma abordagem integralmente humanista, democrática, que entende o sujeito e suas peculiaridades como meta de ação (MUNSTER et al, 2019).

No âmbito da educação inclusiva, é dada atenção à diversidade intrínseca à espécie humana, são feitos esforços para compreender e satisfazer as necessidades educativas especiais de cada criança com deficiência em classes comuns, no sistema regular de ensino, com o intuito de estimular e dar andamento ao processo de ensino e aprendizagem, de forma a considerar o desenvolvimento pessoal para todos.

A abordagem inclusiva dentro da educação é uma prática pedagógica coletiva, versátil, eficaz e flexível que promove mudanças expressivas tanto na estrutura quanto no funcionamento das escolas, e também na formação de professores e na promoção da relação família-escola. A educação inclusiva possui um considerável poder transformador, entretanto requer que exista uma sociedade também inclusiva.

É importante diferenciar a educação inclusiva da educação especial, que adota muitas formas, entre elas escolas específicas, chamadas de escola especiais, que são unidades de integração de crianças com apoio especializado. A educação especial é originalmente um sistema educacional separado fora da educação regular para crianças com deficiência, fundamentado no entendimento de que as necessidades de uma criança com deficiência não podem ser atendidas em uma escola regular.

As reflexões acerca de se instituir uma escola de qualidade do ponto de vista sociocultural, traz a prerrogativa de que seja uma escola para todos, alunos e professores, e, entre outras coisas, devendo se levar em consideração a abordagem ideológica da realidade construída social e culturalmente, pois fatores ideológicos e principiológicos são essenciais na instituição para uma educação para todos. Neste contexto é importante considerar os paradigmas que se cria sobre "incapacidade", "deficiência", "desajuste social ou familiar", que na realidade são todos construções culturais desenvolvidas por uma sociedade de educadores que recomendam uma abordagem de ensino e aprendizagem para todos (BAHIA, 2019).

Os estereótipos permeiam a prática pedagógica e são resultado da falta de conhecimento e compreensão de professores e gestores sobre a realidade social e cultural e sobre o processo de desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças atendidas na escola. Classificar e categorizar as crianças com base no que elas não sabem ou não podem fazer apenas avigora o fracasso e vincula a visão de que o problema é o indivíduo, e não os métodos educacionais, currículos e organização escolar. Receber e valorizar a diversidade na escola é colocar em prática o conceito de qualidade em educação, que pode ter assim várias interpretações, pois depende da concepção que o educador tenha dos fins do processo educativo e dos rumos que devem ser seguidos na formação do ser humano (MUNSTER et al., 2019).

A necessidade de inclusão é histórica, mas os direitos humanísticos nunca estiveram tão em evidência quanto agora, desta forma, como reforça Bahia (2019, p. 21):

[...] Na era em que a luta pelos direitos humanísticos é maior prerrogativa da sociedade contemporânea, não cabe mais negar, a qualquer grupo que seja, o que já está posto como universal, efetivo, inviolável, inalienável, imprescritível e irrenunciável. Por isso, construir escolas acessíveis, com o poder de atrair, abrigar e promover a aprendizagem de seus sujeitos, respeitando os processos diferenciados na construção de conhecimento deve ser uma meta perseguida pelos sistemas de ensino e pelos seus atores sociais. (BAHIA, 2019, p. 21).

Isto porque aqui no Brasil, a inclusão se exteriorizou pela evolução da sociedade e dos direitos civis, e das políticas protecionistas instaladas neste último século. Por isso, a inclusão a partir de 1950 passou a ser tratada com maior preocupação pelos nossos legisladores. Atualmente por iniciativa de vários órgãos o atendimento aos portadores com necessidades especiais visa sua inclusão com o resto da sociedade (BAHIA, 2019).

As pessoas com deficiência necessitam de proteção com relação aos aspectos sociais e civis, e tal proteção veio clara na Constituição Brasileira de 1988. Além do mais, o legislador brasileiro é preocupado com as questões das pessoas com deficiência e tal fato culminou na criação de dispositivos legais que visassem a inclusão dessas pessoas (BAHIA, 2019).

Entretanto para se chegar nesse entendimento, várias entidades, inclusive o Brasil, têm buscado criar protocolos específicos acerca da educação inclusiva. Um

marco histórico desta busca foi em 1994, com a Conferência Mundial de Educação Especial, em que 88 países e 25 organizações internacionais participaram, de uma Assembleia Geral, em Salamanca, na Espanha:

A assinatura da Declaração de Salamanca em 1994, o Brasil atravessa um momento de grandes revisões na área do atendimento a crianças com deficiências e uma das maiores discussões diz respeito à formação dos professores. No entendimento de alguns educadores, não seria necessário formar professores especializados no ensino para crianças com deficiências, já que esta tarefa passaria a ser de todos os professores, em vista do movimento de inclusão. A prática da inclusão em muitos casos deixa de acontecer, porque os profissionais de educação ainda se sentem presos pelo modelo tradicional de intervenção. Sabendo disso, devemos refletir sobre inclusão e criar mecanismos que resgate o debate sobre a forma mais adequada e inclusivas de ensino para alunos com condições peculiares de aprendizagem, onde há a valorização do convívio dos corpos diferentes, acreditando não somente no aprendizado dos conteúdos, mas na importância dos valores sociais e humanos (UNESCO, 2021, p. 13).

Como pode-se observar, foi a partir desse evento que se deu a origem a “Declaração de Salamanca”, um importante ponto normativo que impacta a realidade atual.

Por isso, a inclusão pode ser entendida como o processo que visa capacitar e reconhecer as diferenças entre os alunos, de modo que todos possam compartilhar suas experiências. Nesse contexto, a escola deve se voltar para todos. À medida que os alunos convivem uns com os outros e com os demais membros da comunidade escolar, todos aprendem a conviver com as deficiências, dentro das condições normais de vida (KONKEL et. al., 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no que se refere à formação dos professores, trata em seu art. 61:

A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – O aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12,014, de 2009)

Já em seu artigo 13 institui as encumbências dos professores, independente da fase escolar em que trabalham, a saber:

- I – Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento;
- V – Ministrando os dias letivos e horas-aula estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

É fundamental ressaltar o quanto é importante a inclusão à formação docente, pois é neste momento que o futuro professor pode se familiarizar com muitas situações. Entretanto a formação inicial não é suficiente para capacitar o profissional a enfrentar o dia a dia na sala de aula, sendo necessária uma formação continuada.

Faz-se necessário lembrar que apesar de não haver um investimento adequado na formação do professor, seja inicial ou continuada, a mesma é cobrada com rigor, implícita ou explicitamente, exigindo sempre, com amparo legal, novas competências e práticas inovadoras em sala de aula (KONKEL et. al., 2015).

A proposta da Educação Inclusiva é que todas as crianças com deficiência independentemente de qualquer coisa, fiquem em salas de aula regulares, bem como que suas necessidades especiais sejam atendidas. Assim, proporcionar a todos os alunos o ensino necessário, dentro de ambientes integrados, com professores atualizados e com habilidades, para tal. Desta forma, incluir constitui colocar alunos com deficiência ou não, turmas comuns e apresentar o devido apoio para professores. (MUNSTER et al, 2019).

Ainda conceituando educação inclusiva, observa-se que enquanto processo de interação, socialização e estruturação do conhecimento. A realidade contemporânea demanda mudanças e fazem exigências em relação aos desafios e necessidades atuais, o que é reforçado por Kelman (2020, p. 24):

Entende-se que o ambiente escolar é um lugar de intensa diversidade, pois neste, há uma junção de várias características, hábitos, crenças

e valores. Apesar de este ser constituído de uma pluralidade cultural, há um padrão instituído pela sociedade deixando de lado o multiculturalismo estabelecido nas unidades escolares.

E aceitar e conviver com a diversidade em todos os ambientes e em específico no ambiente escolar, é uma demanda da contemporaneidade. Desta forma, entende-se: “inclusão como um processo dinâmico e gradativo, que se resume na cooperação e solidariedade cotidianas, além do respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa reflexiva” (SANCHEZ, 2015, p. 17).

Neste contexto incluir não é um trabalho imediato e tampouco individual, como se pode ver no conceito supramencionado, é coletivo e é gradativo. A mesma autora esclarece que a superação dos desafios e o cumprimento das metas e objetivos do sistema educacional só é possível obedecendo os quatro princípios da educação “[...] aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser” (SANCHEZ, 2015, p. 10).

Neste sentido está o respeito ao limite e à deficiência do outro, a vida é uma constante busca em aprender e isso se acentua principalmente quando se tem que conviver com aqueles que não são iguais, com o diferente, o que sem dúvida alguma enriquece de forma significativa todos os sujeitos envolvidos neste processo.

Mas esta convivência tem que oferecer oportunidade e o devido suporte para que o sujeito não seja apenas integrado em um ambiente que não lhe cabe e não se adapta a ele. A integração na realidade é a incorporação de um elemento num conjunto, inserir o aluno autista na sala de aula, tem que ser mais que integrá-lo, e este é o desafio de se aprender a aprender com a deficiência do outro (MUNSTER et al, 2019).

Assim, faz-se necessário conceituar integração, que segundo Sanchez (2015) é a necessidade de mudar a pessoa com deficiência na educação, para que esta viesse a adaptar-se, aos demais alunos, desta forma seria inserida à convivência equídea em sociedade. Este conceito de integração, não considerava as diferenças, tentam ignorá-las administrando-as para o convívio social. É uma postura segregacionista que entende que ser diferente seria razão para definir sua inferioridade como ser humano e ser social.

As pessoas com necessidades educativas especiais, independentemente do seu tipo ou grau de deficiência, são seres humanos como todas as outras pessoas e

têm os mesmos direitos e oportunidades que todas as outras pessoas a acessos a todos os recursos disponibilizados a outros cidadãos.

As Escolas Inclusivas surgiram como uma inovação nos métodos de ensino e aprendizagem para pessoas com deficiência. Esta metodologia visa demonstrar uma nova forma de educar esta população estudantil, tendo em conta a especificidade dos alunos. Neste sentido a educação inclusiva visa dar aos alunos a escolarização mais normal e o direito de se integrarem o mais possível na sociedade, pois o tema da inclusão vem sendo debatido há décadas sem resultados efetivos.

De acordo com Machado (2008, p. 78):

Visualizar uma escola plural, em que todos que a integram tenham a “possibilidade de libertação”, é pensar uma nova estrutura. Para tanto, é necessário um currículo que rompa com as barreiras sociais, políticas e econômicas e passe a tratar os sujeitos como cidadãos produtores e produtos de uma cultura. (MACHADO, 2008 p. 78).

Portanto, as condições para a inclusão de alunos deficientes em relação ao ensino, estão legalmente criadas, mas é evidente que a escola regular não está preparada para recebê-lo. A presença de um aluno especial no ensino regular cria novas necessidades e exigências.

As escolas precisam eliminar atitudes preconceituosas, preparar todos os alunos e suas famílias para conviverem à luz da filosofia da inclusão escolar, capacitar continuamente todos os profissionais que atuam na escola e educar a comunidade local para a adoção de atitudes inclusivas e proporcionar um currículo para todos os alunos, adequando às necessidades, capacidades e diferenças individuais (KONKEL et. al., 2015).

Munster *et al.*, (2019) comenta que, em um mundo globalizado e historicamente influenciado pelo pensamento segregacionista, isto precisa ser sobrepujado. Todos são iguais, apenas com necessidades diferentes.

A prática de segregar as pessoas com deficiências foi constituída historicamente a partir das necessidades de sobrevivência de um meio hostil, mas efetivou-se, de fato entre as comunidades que adotaram uma estrutura de classes, privilegiando alguns de seus membros considerados mais eficientes no acúmulo de bens materiais. (FERNANDES, 2007, p. 37).

Ou seja, perdura com o tempo a mentalidade de se tratar como diferente, e neste sentido a Educação Inclusiva surge como uma necessidade contemporânea de uma sociedade que ainda estigmatiza e discrimina as pessoas com deficiência, mas que entende que a mudança desta mentalidade arraigada no passado e no preconceito já está totalmente ultrapassada e precisa ser substituída por uma maior dignidade, respeito e inclusão, é o que hoje a educação inclusiva brasileira precisa propiciar à sua sociedade.

No entanto, nos afirma o Ministério da Educação e Cultura (MEC) (BRASIL, 2009, p. 36):

O principal desafio da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança e capaz de educar a todos, sem discriminação, respeitando suas diferenças, seus limites; uma escola que dê conta da diversidade sociais das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando o apoio de instituições e especialistas quando necessário. É uma meta a ser seguida por todos aqueles comprometidos com a educação inclusiva.

Assim, o maior desafio na sociedade contemporânea é vencer e suplantar a ideologia segregacionista e discriminatória que acompanha a humanidade no transcurso de sua história e a mantém arraigada na boçalidade medieval em certos aspectos. Superado este atraso, entende-se que será natural um desencadeamento coletivo que no decorrer do tempo modificará a história da educação e do próprio homem, que não reconhecerá por aspectos físicos ou mesmo mentais a diferença entre os indivíduos. Neste contexto a ação integrada de profissionais da educação, e da própria sociedade será possível transformar verdadeiramente este quadro.

Para a inclusão ocorrer no âmbito educacional, é necessária a participação de toda a comunidade escolar, na qual estão envolvidos nesse processo: os gestores, a equipe de professores, os estudantes com deficiência, funcionários da escola e a família dos estudantes, em um processo de reestruturação em todos os aspectos do ambiente escolar para então se instituir a inclusão integralmente.

A educação inclusiva pode ser definida, como: [...] um processo de reorganização do sistema educacional e dos ambientes de ensino e aprendizagem, abrangendo de forma colaborativa todos os agentes envolvidos na comunidade escolar, visando efetivar a equiparação de oportunidades educacionais orientadas pelos princípios de respeito à diversidade, aceitação e reconhecimento político das diferenças (MUNSTER; ALVES, 2019, p. 172).

Assim, a pretensão que se tem é de refletir sobre todos os educandos deficientes numa metodologia inclusiva de acessibilidade para todos nas aulas, dentro de ambientes integrados.

Desta forma a Educação Especial na contemporaneidade já é um fato. É notório que pessoas com deficiência têm seus direitos garantidos e um deles é o direito à educação. Existem ambientes para receber o aluno portador de deficiência, entretanto quando se fala em Educação Inclusiva que é levar o aluno para a sala de aula e inseri-lo na realidade dos demais alunos, ainda é uma realidade aquém do que se almeja.

Buscou-se então deixar evidente que o problema de entender que a educação inclusiva compõe um objetivo um tanto quanto complexo, visto travar uma luta constante contra uma realidade cultural, política, social e antropológica. Tem-se que superar esta cultura das diferenças e aceitar a diversidade, sendo que superar a maior dificuldade existente hoje no Brasil, que é a de políticas públicas que fomentem e forneçam o suporte adequado para a implantação da Educação.

2.2 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUAS PECULIARIDADES

Entende-se que o Transtorno do Espectro Autista (TEA), também chamado de Autismo, é um tema de absoluta relevância no contexto atual, em razão da sua incidência e da sua complexidade, visto necessitar de um acompanhamento e de uma abordagem multiprofissional. Neste sentido é preciso se entender o conceito deste transtorno, ainda restrito e incerto, mas que apresenta algumas informações.

A discussão acerca deste assunto é intrincada, visto não se conhecer totalmente acerca deste transtorno que é abordado pela medicina, psicologia, pedagogia, psicopedagogia, fonoaudiologia, e por ter campos tão vastos, delimita-se neste estudo o âmbito educacional.

Durantes anos equivocadamente enfatizou-se o papel da função materna e paterna no aparecimento do autismo. Atualmente sabe-se que o autismo não advém dessa relação. Credita-se o comprometimento autista a alterações biológicas, hereditárias ou não. A respeito das causas do autismo, ainda que não sejam satisfatoriamente conhecidas, alguns estudiosos acreditam que os fatores metabólicos decorrentes de alterações bioquímicas são, de certa forma, submetidos aos efeitos do ambiente e modificados por ele. Em razão disso, existe uma grande preocupação atual com a

toxicidade dos metais pesados e a sua influência nos processos biológicos que levam aos sintomas. [...] (CUNHA, 2016, p. 25).

De acordo com a Lei n.º 12.764 também conhecida por Lei Berenice Piana, o autismo pode ser:

Art. 1º - § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012).

Cunha, em concordância com a Lei nº 12.764 (Lei Berenice Piana) descreve, o autismo pode ser caracterizado como sendo:

[...] uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por dificuldade de comunicação verbal, reciprocidade social e dificuldades para desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento. Além disso, o texto da lei ressalta os padrões restritivos e repetitivos de comportamento da pessoa com autismo, manifestados por atividades motoras ou verbais estereotipadas ou por comportamentos sensoriais incomuns, apego a rotinas e interesses restritos e fixos. (CUNHA, 2016, p. 20).

Em razão das dúvidas que surgem sobre as peculiaridades do Transtorno do Espectro Autista, esse tema vem sendo amplamente discutido em vários níveis e áreas da formação acadêmica, tornando-se objeto de debates, na busca de se discutir e aprofundar no tema, a fim de tirar determinadas dúvidas e responder aos questionamentos que surgem, principalmente de professores que estão em contato constante com crianças acometidas de TEA, em seu cotidiano.

O autismo é entendido como uma desordem neurológica que compromete a capacidade de comunicação do indivíduo, além de prejudicar o estabelecimento de relações interpessoais e ambientais, ocasionando assim restrições das mais distintas

naturezas. E neste sentido Costa ressalta tal entendimento afirmando que o autismo é qualificado como:

Uma desordem neurológica que afeta a capacidade do indivíduo de se comunicar ou estabelecer relações com as pessoas e o ambiente, apresentando restrições por atividades, além de abranger sintomas complexos que variam de indivíduo para indivíduo, necessita ser diagnosticado na mais tenra idade, haja vista, que o tratamento precoce pode influenciar no avanço do desenvolvimento da pessoa com deficiência. (COSTA, 2017, p. 34).

Além disto, o autismo mostra sintomas complexos que se alteram de uma pessoa para outra, e desta forma requer um diagnóstico precoce, já que o tratamento pode favorecer o desenvolvimento do indivíduo com o TEA. É preciso ressaltar também que há diferentes níveis da doença, não havendo a possibilidade de generalizar muita coisa sobre o referido transtorno.

As crianças são encaminhadas à avaliação mais tarde do que o desejável, visto que os pais começam a expressar suas dúvidas por volta dos 17 meses da criança e a idade do diagnóstico é por volta dos quatro anos. A identificação precoce do diagnóstico e as intervenções realizadas em crianças com TEA podem determinar o prognóstico, incluindo maior rapidez na aquisição da linguagem, facilidade nos diferentes processos adaptativos e no desenvolvimento da interação social, aumentando sua chance de inserção em diferentes âmbitos sociais (ARAÚJO; SCHWARTZAMAN, 2011, *in apud* ONZI e GOMES, 2015)

De acordo com Mapelli et al., (2018), para se tratar o Transtorno do Espectro Autista há que se considerar quatro aspectos primordiais: o incentivo e estímulo constante da comunicação e da socialização do autista, incentivar que o autista aperfeiçoe o seu aprendizado assim como a sua habilidade na busca de resolver os seus problemas; buscar limitar atitudes e comportamentos que possam prejudicar tanto o aprendizado, quanto a busca pelas oportunidades de experiências rotineiras e por fim deve-se fazer um trabalho sinérgico e trabalhar em uma abordagem multidisciplinar a família do autista.

Há autores como Cunha (2016), que entendem o autismo como uma síndrome comportamental que atrasa o desenvolvimento motor e psiconeurológico do indivíduo, atrapalhando a sua linguagem, a sua cognição e também a sua interação social.

Entendendo estes dois ápices, pode-se dizer que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) afóra de estar conexo à dificuldade se comunicar e interagir socialmente, está ligado a comportamentos restritivos e repetitivos, e estes são aspectos em comum seja qual for a teoria sobre o transtorno, que se siga (MAPELLI et al., 2018).

No passado, pesquisas apontavam que a origem do Transtorno do Espectro Autista (TEA) estaria relacionada com o gene do pai, porém as mais recentes pesquisas afirmam que há outros predomínios genéticos marcantes resultados de diferentes maneiras de transmissão genética.

Brites (2019) afirma que em 90% dos casos de autistas a presença dos genes aparece na manifestação dos sinais e dos sintomas, o qual possui correlação com o histórico familiar de parentes autistas de primeiro grau e do sexo masculino como pais com tendência a se isolar dos demais quando participa de eventos familiares e tios ou avós que possuíam características semelhantes à de seus filhos e netos.

O diagnóstico do autismo pode ser devido a aspectos genéticos/fisiológicos ou ambientais como apresenta o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V:

Ambientais. Uma gama de fatores de risco inespecíficos, como idade parental avançada, baixo peso ao nascer ou exposição fetal a ácido valproico, pode contribuir para o risco de transtorno do espectro autista.

Genéticos e fisiológicos. Estimativas de herdabilidade para o transtorno do espectro autista variam de 37% até mais de 90%, com base em taxas de concordância entre gêmeos. Atualmente, até 15% dos casos de transtorno do espectro autista parecem estar associados a uma mutação genética conhecida, com diferentes variações no número de cópias de novo ou mutações de novo em genes específicos associados ao transtorno em diferentes famílias. (MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS – DSM-V 2014, p. 56-57)

Os aspectos genéticos apresentam alguns fatores que contribuem para o diagnóstico como a criança ser do sexo masculino, os pais com idade igual ou maior que 40 anos – pois causa o envelhecimento do espermatozoide e do óvulo aumentando o risco de mutação genética causando erros no momento da união entre ambos podendo causar genes com falhas.

Os aspectos ambientais apresentam desde fatores perinatais – que antecede ou sucede o nascimento - até disfunções imunológicas e autoimune. Ainda muitos fatores

ambientais estão sendo estudados e analisados para serem explicados em como tais fatores afetam o cérebro para iniciar o processo autístico.

Outro fator relacionado ao risco de desenvolver TEA que preocupou muitas famílias e profissionais da área no início do século XXI foi a vacina. Acreditava-se que devido a quantidade de vacinas que recebiam, os sintomas regressivos presentes entre os 18 meses e os 2 anos e meio da criança eram provocados segundo Brites (2019, p. 46) “por um “clique” autoimune do comportamento ativo da vacina ou pelo veículo normalmente adicionado ao volume vacinal, o timerosal”.

Pesquisas da época, publicadas em revistas internacionais, afirmavam que as vacinas tinham um fator importante no aparecimento dos sintomas e no aumento de casos de autismo, o que resultou na diminuição de vacinação nas crianças deixando-as vulneráveis às doenças que antes estavam controladas pela imunização preventiva como o sarampo. Mais tarde novas pesquisas foram iniciadas e concluiu-se que as vacinas não causam ou desencadeiam fatores que levam ao autismo, e a revista autora da publicação se desculpou reconhecendo as falhas cometidas (COSTA, 2017).

A pessoa com Transtorno do Espectro Autista apresenta sinais e sintomas que podem ser percebidos a qualquer momento, até mesmo nos primeiros meses de vida. Os principais sintomas como apresenta o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V (2014, p. 53) são “prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social [...] padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades”.

O autista possui interação social, mas é limitada sendo induzida ao isolamento e provocando prejuízos na vida social. Algumas vezes não se percebe que a criança possui autismo, pois sua interação não é totalmente limitada, e por esse motivo é necessário observar mais minuciosamente para poder perceber que a criança não consegue ser expressiva ou ter empatia de acordo com a situação e o contexto em que está presenciando (COSTA, 2017).

Sua comunicação social também é limitada, pois ele não consegue conduzir uma conversa respeitando o início, o meio e o fim, e às vezes pode apresentar ecolalia – distúrbio onde prejudica o interesse em continuar uma conversa e mantê-la. Os comportamentos restritos e repetitivos acontecem devido sua dificuldade de flexibilização de atenção por conta das pressões e obrigações da escola, da casa e também do convívio com as pessoas, mas também os movimentos repetitivos podem

acontecer sem nenhuma intenção e são chamadas de estereotípias motoras – movimentos como balançar os braços, correr em qualquer direção, dar pulos, etc.

Além dos sintomas citados, o autista também pode apresentar os chamados por Brites (2019) sintomas secundários que se referem preferência por objetos, distúrbios sensoriais – em que apresentam hipo e hipersensibilidade diante os 5 sentidos – fobias, hábito alimentar específico, problemas de sono e atraso na fala e na motricidade.

O autista, devido seu comportamento internalizado, acaba preferindo objetos a sua volta direcionando assim toda a sua atenção a eles e deixando de lado as pessoas presentes. Quanto aos distúrbios sensoriais o autista pode apresentar incômodo na presença excessiva de sons, luzes, toques, texturas de alimentos e paladares, levando a pessoa ao isolamento, mas em contrapartida podem apresentar sensibilidade quase nula a dor, ignorando o machucado. Os atrasos motores e na fala podem prejudicar o autista em sua interação com os demais, pois eles apresentam dificuldades em adquirir um desempenho em situações coletivas (BRITES, 2019)

Brites (2019, p. 77-78) apresenta 12 sinais importantes que devem ser observados antes dos 2 anos de idade:

1. Pouco ou nenhum contato visual;
2. Indiferença ao colo dos pais ou preferência por ficar solto explorando coisas e objetos;
3. Não apresentar balbucios até o sexto mês de vida;
4. Pouca ou nenhuma resposta ao estímulo dos outros à sua volta;
5. Irritabilidade frequente;
6. Atraso na aquisição da aprendizagem de gestos sociais;
7. Problemas na fala com atraso ou regressão;
8. Movimentos repetitivos e sem intenção social;
9. Pouca ou nenhuma intenção voluntária para brincar com outras crianças;
10. Brincar de maneira diferente (valoriza demais as partes dos brinquedos, tem mania de rodar e de enfileirar, não entende o simbolismo por detrás dos brinquedos);
11. Foco excessivo em detalhes/formas/cores das coisas; e
12. Desprazer ou sofrimento durante atividades sociais corriqueiras (festas de aniversário e confraternizações, por exemplo).

Os sintomas do TEA podem aparecer em qualquer fase da vida. Há situações em que a criança já nasce com os sintomas, outras que com o tempo apresentam atraso de desenvolvimento global onde os sinais aparecem aos poucos e também crianças típicas que após crises epiléticas ou sem nenhum outro fator desencadeante

regredir no seu desenvolvimento e começa a apresentar sinais de autismo. (COSTA, 2017).

Brites (2019, p. 66) afirma que ao avaliar “uma criança dentro do seu perfil de socialização, não devemos perguntar se ela interage ou não, mas como ela interage”. E também indica quais sinais que podem ser percebidos em determinado período da vida:

1. Poucos sorrisos ou expressões de entusiasmo até os 6 meses de vida;
2. Nenhum compartilhamento de sons e/ou sorrisos (até 9 meses de vida ou mais);
3. Ausência de balbúcio até 1 ano de vida;
4. Ausência de gestos compartilhados até 1 ano de vida;
5. Nenhuma palavra simples até 16 meses de vida;
6. Ausência na fala de frases com até 2 palavras com significado (ou sem imitar ou repetir até os 2 anos de vida);
7. Regressão ou perda de linguagem, balbúcio ou habilidade social em alguma idade;
8. Ter um irmão com autismo;
9. Ausência de atenção compartilhada; e
10. Comportamentos atípicos (estereotípias, interesses estranhos, interesse social muito limitado). (BRITES, 2014, p. 79-80)

Dessa forma a DSM-V (2014) afirma que o reconhecimento dos sintomas normalmente acontece durante o segundo ano de vida, podendo ser identificados antes dos 12 meses de idade, caso o atraso no desenvolvimento da criança seja mais grave, ou se os sintomas forem quase imperceptíveis, após os 24 meses de idade, podendo assim dar início a um diagnóstico e tratamento precoce.

Os sintomas podem ser observados pelos pais, professores, pediatras ou qualquer pessoa que conviva com a criança, sendo que um dos sintomas mais característicos e que pode ser observado desde o nascimento é a cognição social. Brites (2019) aponta três perguntas para orientar o que deve ser avaliado na criança:

1. Como ele(a) interage ao chegar a um lugar com pessoas e ao permanecer lá?
2. Como ele(a) responde quando há uma oportunidade de se comunicar pela fala ou por gestos?
3. Como ele(a) brinca quando está sozinho e quando está num espaço com outras crianças? (BRITES, 2019, p. 67)

Se ao responder as três perguntas e for observado que: a criança não possui contato visual com o interlocutor, não se importa com as demais pessoas priorizando

sempre os objetos, repete palavras que acabou de utilizar ou a fala do outro, brinca somente do seu jeito e organiza os brinquedos de forma enfileiradas ou por cores, pode-se suspeitar que a criança possua o transtorno.

2.3 A INSERÇÃO DO AUTISTA EM SALA DE AULA

A realidade da sala de aula atualmente, abordam a necessidade de desenvolver estratégias educacionais para tornar os alunos mais ativos, motivados e autônomos no processo de aprendizagem, especialmente quando professores e gestores escolares se deparam com alunos com deficiência.

Neste cenário, portanto, espera-se padrões de ensino e aprendizagem que correspondam cada vez mais às realidades dos alunos, especialmente aqueles que sofrem de certas limitações/limitações em suas dimensões física, mental, intelectual e social (ALVES, 2019)

A inclusão de autistas em sala de aula, é tema relevante e que tem chamado muita a atenção e conduzido a importantes alterações, gerando desta forma relevantes abordagens no ambiente escolar. Muitos professores têm receio de assumir uma sala com crianças autistas ou com outra deficiência pois não se sentem preparados ou capazes de ajudar nas salas de aula regulares, visto ser notória a falta de conhecimento sobre o autismo. E isto leva a uma visão estereotipada do assunto. A busca de solução para estes problemas envolve a adequação curricular, planejamento individual de aprendizagem, a utilização de recursos pedagógicos específicos e por fim a formação continuada de professores (FERREIRA, 2017).

Para isto, o professor deve desenvolver os saberes necessários que abrangem as epistemologias norteadoras do ato de aprender, assim como aptidões e capacidades sobre intervenção pedagógica no processo de ensino e aprendizagem, permitindo que todas as atividades feitas a princípio com o auxílio do professor, o aluno tenha no futuro a capacidade de executá-la sozinho (COSTA, 2017).

Eis a necessidade da formação do professor reflexivo, que envolve não simplesmente os conteúdos a serem passados, contudo a problematização e, sobretudo a humanização da prática docente, visto que a falta de conhecimento dos professores sobre o TEA e sobre práticas pedagógicas adequadas, podem ocasionar danos significativos para a inclusão e para o processo de aprendizagem. (ALVES, 2019).

Atualmente existem escolas inclusivas, em todo território brasileiro, entretanto, observa-se a quantidade de professores capacitados e preparados para lidar com a inclusão, é bem irrisória, o que não deve desanimar, porque ainda assim é um significativo avanço se comparado a outros tempos em que sequer ouvia se falar em educação inclusiva (FERREIRA, 2017).

A realidade contemporânea demanda uma constante reflexão acerca de uma educação de qualidade para todos, e por meio de uma perspectiva sociocultural tão reflexão requer que se faça distintas considerações ideológicas sobre como foi construído o sistema educacional brasileiro, sobre quais condições se erigiu e observar que a contemporaneidade apresenta uma nova realidade sociocultural que exige uma nova mentalidade e um novo conceito para a educação (FERREIRA, 2017).

Segregar, julgar e rotular comprova a mentalidade ultrapassada de uma sociedade que não se adequa mais às demandas atuais. Ainda há educadores mal preparados para tornar o ensino e a aprendizagem inclusivos para todos, mas os pré-conceitos que envolvem a prática educativa são fruto da falta de informação e conhecimento, muitas vezes disseminado até por professores que dentro deste contexto não consideram as realidades sociais e culturais dos seus alunos.

De acordo com Alves (2019, p. 45-46), para que haja uma efetiva educação inclusiva:

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas.

E muito embora pareça ser o educador sem a devida capacitação para lidar com o aluno autista o maior obstáculo na inserção do aluno autista na sala de aula, o grande problema está muito além disto. O professor na realidade é tão vítima da situação quanto o próprio aluno que não consegue ser inserido da forma apropriada.

Neste contexto, a docência não significa somente quere dar aula, e tampouco ser professor se limita a uma formação acadêmica. É muito mais complexo do que isto. Ser professor exige dedicação, querer, compreender, se envolver. Além disto, é crucial associar a uma formação acadêmica, uma reciclagem continuada, que atualize as metodologias, a didática e as técnicas necessárias para um efetivo trabalho em

sala de aula e, sobretudo associá-la a uma formação empírica construída no dia a dia, através de uma observação constante e de um maior envolvimento com a realidade dentro do universo pedagógico (ALVES, 2019)

Neste contexto, a busca de capacitação e de informações para entender o TEA, é uma situação complexa em que o professor que não passou por um processo de formação adequada e suficiente se encontra ao lidar com alunos autistas, visto que muitas vezes a estrutura escolar física e pedagógica que não está preparada para receber e lidar com alunos autistas, e esta falha em grande parte das vezes, está na sua formação deveria prepará-lo para lidar com a diversidade, entretanto, não o prepara, porque a ideia de se trabalhar com educação inclusiva ainda encontra certa resistência em se efetivar (FERREIRA, 2017).

Mas mais do que isto é um suporte adequado na formação que contemple no currículo as competências para lidar com este tipo de situação, políticas públicas que ofereçam às escolas, condições de se dispor e organizar a comunidade escolar para receber os alunos autistas, gestores preparados para conduzir estas situações, leis que garantam e sejam eficazes no suporte global ao aluno, desde a família até o professor na sala de aula (ALVES, 2019)

Desse modo, entende-se que a necessidade cogente dos saberes docentes, deve ultrapassar os limites básicos, reconhecendo por trás de cada situação e de cada indivíduo a sua limitação e a sua história. Eis a necessidade da formação do professor reflexivo, que envolve não simplesmente os conteúdos a serem passados, contudo a problematização e, sobretudo a humanização da prática docente, mas que se envolva na realidade do seu aluno e que interaja com o todo escolar (FERREIRA, 2017).

No interior desta discussão, percebe-se que há uma motivação de muitos especialistas no processo de ensino e aprendizagem que enfatizam a necessidade de adaptação de todos os profissionais docentes.

[...] a necessidade de formar profissionais capazes de ensinar em situações singulares, instáveis, incertas, carregadas de conflitos e de dilemas, que caracteriza o ensino como prática social em contextos historicamente situados (PIMENTA, 2012, p. 21).

A busca em se rotular, classificar ou mesmo categorizar com base no que essas crianças não conseguem fazer, apenas avigora o fracasso e mantém clara a visão de que o problema nas pessoas e não apenas em metodologias de trabalho na

escola ou em currículo e mesmo na organização escolar. Há uma necessidade cogente de se acolher e apreciar a diversidade seja ela com qual atributo for, de classes sociais, culturas, características individuais de aprendizagem, religiões, entre outros, sendo este o primeiro passo para criar uma escola inclusiva.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

3.1.1 Da coleta de dados

Os sujeitos do presente estudo são crianças acometidas pelo Transtorno do Espectro Autista, em idade escolar, que compreende um número significativo de crianças e jovens, e precisam ser evidenciadas no processo de ensino e aprendizagem.

Na presente pesquisa, foram utilizadas 15 publicações entre artigos, monografias, dissertações e teses, livros e revistas e outras referências relacionados a sites específicos para busca de fundamentos legais como o Ministério da Educação, Senado Federal entre outros, de forma a atender os critérios estipulados.

Classifica-se como uma pesquisa de revisão literária, exploratória descritiva, com corte transversal e abordagem qualitativa, na qual são levantados dados inerentes à temática aqui definida.

Segundo Lakatos e Marconi (2010) as pesquisas qualitativas têm algumas particularidades, segundo esta autora, apresenta caráter exploratório e se foca nos aspectos subjetivos do seu objeto de estudos, desta forma é utilizada em pesquisas de cunho social, educacional ou mesmo humano de uma maneira geral, que exigem distintos procedimentos, para se adaptar às realidades e situações diversas.

Ainda sobre as pesquisas de cunho qualitativo, observa-se que há como determinar *a priori*, com rigor, as etapas e divisões de análise dos dados no início do processo de pesquisa, visto que elas surgem continuamente no transcorrer da pesquisa e por isto cabe ao pesquisador, fazer as devidas anotações e também os necessários ajustes para sistematizá-las em forma de resultados de análise

Também Lakatos e Marconi (2010) afirma ser de absoluta relevância a interpretação do pesquisador diante da situação estudada e esclarece que o investigador não deve entender o material analisado dentro de um ponto de vista singular sem considerar o contexto sociopolítico e histórico.

Com o fulcro de se verificar tanto a problemática levantada neste estudo, quanto de se atingir os objetivos propostos, esta pesquisa será de caráter

exploratório descritivo. De acordo com Gil (2017) as pesquisas exploratórias demandam que o pesquisador busque se familiarizar com a situação.

Neste tipo de pesquisa os resultados podem muitas vezes surpreender o pesquisador, visto que, em confronto com a realidade, percebe-se que nada é imutável ou pétreo, há sempre uma flexibilidade que não é esperada ou planejada e que no final pode modificar expressivamente a referida realidade.

Gil (2017) afirma que a pesquisa exploratória consente em que se saiba de minúcias do material analisado e admite ainda que com base na apreciação e também na interpretação deste material, o pesquisador possa vislumbrar diversos lados de uma mesma situação.

3.1.2 Da análise dos dados

Considerando-se a pesquisa empreendida, deparou-se com um material vasto no que se refere a temática, mas restrito no que se refere à data de publicação, para dar o aporte teórico necessário para o desenvolvimento deste estudo. No total foram selecionadas 40 publicações entre artigos, monografias, dissertações e teses, além de livros e revistas acerca do tema. Deste material selecionado a priori, foram excluídas 25 publicações cuja temática se distanciava um pouco do pré-determinado como requisitos básicos da pesquisa, e por não corresponder às questões surgidas na estruturação inicial para a edificação do presente estudo.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Como resultados desta pesquisa pode-se observar que a inclusão escolar do aluno autista no ensino regular constitui-se como sendo um processo desafiador para os pais, gestão escolar bem como para os professores, uma vez que, exige além de reflexão contínua da temática, transcende também a responsabilidade e função da escola, regular mediante a legislação nacional. Portanto, consiste em condições suficientes para efetivar a inclusão escolar de forma eficiente e democrática, além de propor um (re)pensar nas concepções, estrutura organizacional e práticas educativas das escolas regulares, na perspectiva de contemplar a todos os estudantes uma educação digna e de qualidade.

É notória a evolução que vem acontecendo e o mundo moderno cada dia mais rodeado de tecnologia por todos os lados. Uma evolução que se torna latente em curtos espaços de tempo. Se hoje os fatos, costumes e comportamentos são muitos específicos, em poucos anos tudo estará muito diferente. As transformações ocorrem num ritmo frenético, gera também distintas necessidades para que se acompanhe esta evolução.

Dentro deste panorama, a tecnologia surge como uma ferramenta importante que tem despontado como inovação em distintas áreas que usa aplicativos para facilitar a vida de seus usuários para se efetivar um processo seja ele de atividade ou de aprendizado, e sugerir que se crie um aplicativo mobile para informar e aproximar todos do universo autista é uma maneira de impulsionar e estimular um público característico, a tecnologia além de proporcionar dinamismo, traz uma forma de o aluno desenvolver competências e habilidades de pensamentos e cognição, trabalhando a atenção e também a memória e sobretudo trabalhar a inclusão.

A chegada na escola do aluno portador de necessidades especiais, deve ser acompanhada de um esforço de todos para que este se adapte, pois para a inclusão desse indivíduo, é preciso buscar, pesquisar, capacitar seus profissionais para que seja disponibilizado um ensino e aprendizagem que tragam sentidos, bem como práticas pedagógicas e mediações metodologicamente eficazes para seu processo de desenvolvimento como um todo.

O desafio de criar um ambiente e aparelhagens tecnológicas é como estimular efetivamente as duas formas de se motivar o relacionamento, para a combinação

eficaz de motivação intrínseca digital e também a extrínseca, melhora a motivação e entusiasmo de todos e o nível de participação e aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva deve respeitar e sobretudo acolher a diversidade intrínseca à espécie humana e incentivar de forma integral a aprendizagem e o crescimento pessoal de todos os alunos, em salas de aula compartilhadas, nos sistemas educacionais regulares.

O objetivo deve primar sempre por querer entender e atender às suas necessidades. É uma prática que demanda profundas modificações na estrutura e funcionamento da escola, na formação dos professores e no estímulo ao estreitamento do vínculo família-escola. Num contexto geral a educação inclusiva representa uma sociedade transformadora e democrática.

Desta forma o presente procurou entender o Transtorno do Espectro Autista como um transtorno específico onde o seu portador em diferentes níveis de dificuldade, não conseguem se comunicar ou se relacionar convencionalmente. Considerando a preponderância da inclusão na educação contemporânea, buscar-se-á tratar da necessidade e possibilidade da inclusão do aluno autista em sala de aula.

Ao se considerar a prevalência de alunos autistas na atualidade, entende-se a importância em se dar ênfase a metodologias que auxiliem a superação dos entraves em se incluir o referido aluno na sala de aula, de forma a vencer os problemas e evitar o agravamento do quadro do aluno.

Neste sentido, entende-se que a temática aqui adotada é de absoluta relevância dentro do enfoque educacional contemporâneo, considerando a necessidade de se trabalhar diferentes abordagens pedagógicas que respeite os seus limites sem prejudicar o aluno, e contribuindo para o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALVES F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.**10ª Ed. Rio de Janeiro, WAK Editora, 2019.

BAHIA. Secretaria de Educação. **Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia.** 2019. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/diretrizes-para-educacao-inclusiva-na-bahia>. Acesso em 15 out. 2022.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764, 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 29 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2017: notas estatísticas - Resumo técnico.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154>. Acesso em 17 out. 2022.

BRASIL. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão com Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, DF. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial.** MEC/SEESP, 2009.

BRITES, L; BRITES, C. **Mentes Únicas.** 2.ed. São Paulo: Editora Gente, 2019.

COSTA, F. B. L. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular: análise sobre as práticas pedagógicas.** Coicó, Editora da UFRN, 2017

CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas.** Rio de Janeiro: Wak, 2016.

DSM-IV-TR - **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** trad. Cláudia Dornelles; - 16.ed. rev. - Porto Alegre: Artmed,2014.

FERNANDES, E. M. **Educação para todos, saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadores de deficiências.** Benjamim Constant, Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, R. F. A. **Inclusão de Crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: O desafio da formação de Professoras.** Dissertação (Mestrado em Educação e Docência). Faculdade de Educação de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KELMAN, C. A. **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. 10ª Ed. Brasília: Editora UnB, 2020.

KONKEL, Eliane Nilsen. ANDRADE, Cleudane. KOSVOSKI, Deysi Maia Clair. **As dificuldades no processo de inclusão educacional no ensino regular: a visão dos professores do ensino fundamental**. Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.; **Técnicas de pesquisa**. Técnicas de pesquisa São Paulo: Atlas, 2010.

MAPELLI, L. D. et al. **Criança com transtorno do espectro autista: Cuidado na perspectiva familiar**. Escola Anna Nery, v.22, n.4, p.1-9, 2018.

MUNSTER, M. A.; ALVES, M. L. T. Educação Física e Inclusão de Estudantes com Deficiência no Brasil: contrapontos entre legislação e produção científica. **Rev. Assoc. Bras.** 102 Ativ. Mot. Adapt., Marília, v. 19, n. 2, p. 171-184, jul/dez., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2018.v19n2.08.p171>. Acesso em 12 out. 2022.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. **Transtorno do Espectro Autista: A Importância do Diagnóstico E Reabilitação**. Revista Caderno Pedagógico, [S.l.], v. 12, n. 3, dez. 2015. ISSN 1983-0882. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/979/967>. Acesso em 20 out. 2022.

PIMENTA, Selma G. **Professor reflexivo: construindo uma crítica**. In: Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. PIMENTA, Selma G. GHEDIN, Evando (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2002.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial**, São Paulo, p.17, set. 2015.

UNESCO. **DECLARACION DE SALAMANCA**. Marco de acción para las necesidades educativas especiales. Aprobada por la conferencia mundial sobre necesidades educativas especiales: acceso y calidad. Salamanca, España, 7- 10 de junio de 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427spa>. Acesso em 20 out. 2022.



RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO

DISCENTE: Daiane Gonçalves de Almeida

CURSO: Pedagogia

DATA DE ANÁLISE: 05.12.2022

RESULTADO DA ANÁLISE

Estatísticas

Suspeitas na Internet: **0,37%**

Percentual do texto com expressões localizadas na internet [△](#)

Suspeitas confirmadas: **0,24%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados [△](#)

Texto analisado: **95,89%**

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: **100%**

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Analisado por Plagius - Detector de Plágio 2.8.5
segunda-feira, 5 de dezembro de 2022 21:52

PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho da discente **DAIANE GONÇALVES DE ALMEIDA**, n. de matrícula **42795**, do curso de Pedagogia, foi aprovado na verificação de plágio, com porcentagem conferida em 0,37%. Devendo a aluna fazer as correções necessárias.

Herta Maria de Açucena do Nascimento Soeiro

HERTA MARIA DE AÇUCENA DO N. SOEIRO

Bibliotecária CRB 1114/11

Biblioteca Central Júlio Bordignon
Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA